



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Sessão de Encerramento

**Conferência Diálogo Intercultural: Balanço e Perspectivas no Âmbito de uma Futura Política
Comum de Imigração**

Reitoria da Universidade de Lisboa

14 Novembro 2008

Permitam-me que comece esta intervenção manifestando a minha profunda satisfação em poder estar presente na Sessão de Encerramento dos trabalhos desta manhã e felicitando a Sra Deputada Jamila Madeira pela excelente iniciativa de organizar este conjunto de painéis em torno de uma temática tão premente e oportuna. Lamento apenas que outras obrigações me impediram de estar aqui convosco ao longo da sessão.

Não quero alongar-me em considerações sobre 'O Ano Europeu do Diálogo Intercultural', que já terão tido oportunidade de debater durante a manhã, mas queria sublinhar alguns aspectos que me parecem relevantes.

O primeiro é que reconhecer a diversidade cultural europeia como uma vantagem, e um enorme potencial de aprendizagem e enriquecimento humano, é um de vários passos necessários na aprendizagem que devemos fazer em conjunto no nosso processo de coexistência e de respeito mútuo pelas nossas diferentes tradições e vivências culturais.

Recordo aqui as palavras do Dr. Jorge Sampaio, Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, ao dirigir-se ao Parlamento Europeu no passado dia 23 de Outubro, precisamente no âmbito do 'Ano Europeu do Diálogo Intercultural':

"As dificuldades internacionais e a ansiedade crescente que sentimos ao vivermos juntos em respeito mútuo encorajam a percepção errada de que as culturas estão numa inevitável rota de colisão que levará a um confronto de civilizações". Porém – continuo a citar – "a maioria dos povos rejeita o extremismo em qualquer sociedade e apoia o respeito pela diversidade religiosa e cultural".

Não tenho qualquer dúvida que é fundamental promover a consciência colectiva de que as nossas sociedades serão tanto mais ricas, quanto melhor soubermos saborear este mosaico cultural e potenciá-lo como gerador de novas oportunidades de crescimento, desenvolvimento e integração para todos.

Ao incluir a questão das migrações nesta reflexão, devemos ser conscientes de que esta constitui uma realidade com que nos vamos defrontar cada vez mais no futuro. E ainda bem. Não adianta procurar impedi-la, nem deve ser essa a nossa preocupação: os fluxos migratórios são um dos

traços mais marcantes da história da humanidade, e as nossas sociedades podem ser profundamente enriquecidas, em todos os sentidos, através de processos migratórios. Os migrantes merecem, em reconhecimento do simples gesto de coragem, iniciativa, ambição e espírito de sacrifício necessários para iniciar caminhos novos e arriscados, todo o nosso respeito, e infelizmente esse respeito que lhes é devido nem sempre é inteiramente concedido. Não devemos nem podemos perder de vista este ponto de partida quando desenhamos as nossas políticas de gestão da migração, mesmo que em muitos casos ela seja condicionadora dos fluxos migratórios.

Ao humanizarmos desta forma a nossa abordagem, julgo que percorremos de imediato parte do caminho necessário para uma correcta abordagem da problemática da integração dos imigrantes, e da forma como os fluxos migratórios são tratados no discurso público. Queria a este respeito enaltecer o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI), e o envolvimento profundo que se procura dar neste trabalho às associações de imigrantes no nosso país. Esta deve ser uma preocupação fundamental, evitando imagens que se alicerçam exclusivamente em construções securitárias, ou na percepção do imigrante como o “outro” que é uma ameaça. Ao desenharmos políticas adequadas de imigração, Portugal deve continuar a ser um país pioneiro e exemplar na desmistificação das preocupações securitárias, e na introdução de medidas de integração inovadoras.

Permitam-me que vos dirija ainda algumas palavras sobre migrações e o desenvolvimento, um tópico que conquistou já o seu lugar nas prioridades da agenda internacional e que se assumiu como um dos temas prioritários da Presidência Portuguesa da União Europeia, concretizado em particular através da criação e do desenvolvimento de parcerias entre a UE e os países de origem, e de trânsito, de fluxos migratórios. Promovemos durante esse período diversos debates sobre a integração de migrantes, e o desenvolvimento de canais legais de migração. A nossa perspectiva foi sempre a de que não devemos perder a visão integrada entre desenvolvimento e fluxos migratórios, pois entendemos que a questão das migrações não pode, nem deve ser tratada pela UE como uma questão de ordem meramente secundária. Há um ano, conseguimos fazer aprovar Conclusões do Conselho na sua formação “Desenvolvimento”, apontando claramente para um conjunto de áreas de acção que permitirão aumentar a coerência e a eficácia da União, e entre estas menciono em particular:

- A contribuição para a capacitação dos países em desenvolvimento, fortalecendo a sua capacidade de gestão de fluxos migratórios, especialmente através do combate à migração ilegal e ao tráfico de seres humanos, e na defesa dos direitos humanos;
- A promoção da migração circular e do trabalho decente;
- A facilitação da transferência de remessas de emigrantes;
- O envolvimento de associações e membros das diásporas nos processos de desenvolvimento dos seus países de origem.

O nexó entre migrações e desenvolvimento está já presente na maioria dos documentos oficiais, mas penso que devemos ser cuidadosos para não criar falsas expectativas. O importante relatório “Gaining from Migration”, publicado pelo Centro de Desenvolvimento da OCDE, em Setembro

de 2007, e que foi apresentado aqui em Lisboa, tem uma abordagem correcta ao desinflacionar tais expectativas. As pressões migratórias são grandes simplesmente porque existem diferenças no grau de desenvolvimento, e sobretudo nas oportunidades, entre países. Sempre foi assim e assim continuará a ser, hoje de forma muito mais acutilante do que no passado porque hoje sabemos muito mais sobre o que se passa em outras partes do mundo.

Infelizmente, a ajuda ao desenvolvimento não vai conseguir mudar esta realidade, mesmo que tenha algum impacto na redução da pobreza. Os horizontes temporais com que se trabalha na promoção do desenvolvimento e na gestão dos fluxos migratórios são completamente diferentes. A ideia que a ajuda ao desenvolvimento pode reduzir os fluxos migratórios através da produção de rápidos padrões de desenvolvimento é uma falácia que não devemos permitir que continue a ganhar terreno na opinião pública e em círculos políticos.

Dito isso, devemos olhar para as políticas de desenvolvimento como um dos elementos capazes de contribuir para a boa gestão dos fluxos migratórios. Existem áreas em que os instrumentos de ajuda ao desenvolvimento podem ser melhorados, com impacto em questões relacionadas com a migração. Um exemplo é a questão da 'fuga de cérebros'. Existe uma tensão clara entre o objectivo de atrair uma imigração altamente qualificada, e o objectivo de promover a capacidade das instituições nos países em vias de desenvolvimento. Esta questão não é nada simples, desde logo porque verificamos com frequência que nos países de origem há pouca capacidade de absorção de gente altamente qualificada, e por conseguinte poucas condições para a realização profissional ou pessoal dessas pessoas. Ao mesmo tempo, uma política de chamariz dos melhores, deixando para trás os menos qualificados, rapidamente se torna incoerente com as políticas de apoio ao desenvolvimento.

Não se resolve esta contradição facilmente, mas há medidas que podem fazer sentido. Uma delas diz respeito a bolsas de estudo, e nestes últimos anos operámos importantes mudanças na nossa política de bolsas. Hoje, procuramos que as nossas bolsas de estudo sejam enquadradas por mecanismos de promoção da capacidade institucional no país de origem, deixando de ser vistos apenas como contributos para a formação individual. Foi por isso que reduzimos muito substancialmente as bolsas concedidas para licenciatura, aumentando as bolsas de pós-graduação, já contextualizadas em lógicas de capacitação institucional.

Outro caso interessante é o da chamada migração circular, que a nossa nova Lei de Residência permite. Temos agora a possibilidade de atrair imigrantes altamente qualificados para o trabalho temporário nos seus países de origem, sem receio de perderem o estatuto de residência em Portugal, e esta nova possibilidade abre caminhos que merecem ser explorados.

Contudo, e penso que faz sentido terminar com esta alerta: é evidente que ainda há muito trabalho por fazer, na articulação das diferentes realidades que incidem sobre o tema da migração e sobre a relação do diálogo intercultural com a imigração. Iniciativas como a que hoje se realizou

são um passo importante nesta tarefa fundamental de construir pontes de diálogo e de respeito pela diversidade nas nossas sociedades.

Muito obrigado!

João Gomes Cravinho
Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação